



Prefeitura da Estância Climática de Caconde

DIÁRIO OFICIAL

Município de Caconde, 29 de junho de 2026 - Ano 08 - Edição nº 1.417 – www.caconde.sp.gov.br

DECRETO

DECRETO Nº 4143 DE 29/06/2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Especial no valor de R\$581.500,00 do orçamento municipal e dá outras providências.

José Afonso de Paiva, Prefeito da Estância Climática de Caconde, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito Especial, até o limite de R\$581.500,00(quinhetos e oitenta e um mil e quinhentos reais), a saber:

Ficha	Categoria Econômica		Proj/ Ativ	Sector	Suplementar
	4.4.90.52.00	Equip. Mat Permanente	1701	02.11.01 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	581.500,00
Fonte	02.801.0050 EMENDA 2025 013 75362 AQUIS MAQUINA CAMINHÃO PIPA				581.500,00

Art. 2º Para cobrir as despesas advindas com o artigo anterior indicam-se como recursos artigo 43 § 1º da Lei 4320/64 inciso III:

III – Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, autorizados em Lei no valor de R\$ 581.500,00

Ficha	Categoria Econômica		Proj/ Ativ	Sector	Anular
456	4.4.90.52.00	Equip. Mat Permanente	1016	02.11.01 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	581.500,00
Fonte	02.100.0036 Convênio				581.500,00

Art. 3º Fica autorizado o Executivo a ajustar os anexos constantes nas Leis do Plano Plurianual (PPA) nº 3022/2025 de 18/12/2025, LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 3002 de 04/07/2025 e da LOA Lei Orçamentária Anual nº 3023 de 18/12/2025.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e dê-se ciência aos interessados.

Prefeitura da Estância Climática de Caconde, 29 de junho de 2026.

José Afonso de Paiva – Prefeito Municipal

LEI

LEI Nº 3052 DE 29/06/2026

Dispõe sobre **LDO** Lei Diretrizes Orçamentárias para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2027.

José Afonso de Paiva, Prefeito da Estância Climática de Caconde, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI:

Art. 1º Esta Lei estabelece as metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício financeiro de 2027 orienta a elaboração da respectiva lei orçamentária e dispõe sobre assuntos determinados pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º As diretrizes orçamentárias para o exercício de 2027 compreendem os seguintes demonstrativos:

Demonstrativo I – Metas Anuais e Riscos Fiscais e Providências

Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Demonstrativo III – Metas Fiscais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio

Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos

Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias

Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

O regime de execução das emendas parlamentares impositivas

As demais disposições gerais.

§ 2º As metas físicas e os custos financeiros estabelecidos no Plano Plurianual para o exercício de 2027 poderão ser aumentadas ou diminuídas, nos anexos que integram a lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas, bem como para atender as necessidades da população.

§ 3º Em ocorrendo as modificações citadas no parágrafo anterior, a Administração deverá, na forma estabelecida pelo Projeto AUDESP – Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos, do Tribunal de Contas de São Paulo, informar as alterações nas planilhas do Plano Plurianual.

§ 4º Se durante a execução orçamentária ocorrer quaisquer alterações no orçamento que importem em retificações nas metas ou custos dos programas estabelecidos nas planilhas do PPA e desta lei, bem como, em razão de abertura de créditos adicionais, a Administração deverá na forma estabelecida pelo Projeto AUDESP – Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, informar as modificações nas peças de planejamento nos prazos estabelecidos nas Instruções Consolidadas do TCE-SP.

§ 5º Ficam convalidadas no Plano Plurianual 2026/2029, as alterações feitas nos anexos da presente Lei.

Art. 2º A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo; observando-se os seguintes objetivos:

I. Combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;

II. Melhoria da qualidade do ensino básico;

III. Dar apoio aos estudantes carentes, para prosseguirem seus estudos no ensino médio e superior;

IV. Informatização escolar;

V. Promover o desenvolvimento do Município e o crescimento econômico;

VI. Reestruturação e reorganização dos serviços administrativos, buscando maior eficiência de trabalho e de arrecadação;

VII. Assistência à criança, ao adolescente e ao idoso;

VIII. Melhoria da infra-estrutura urbana;

IX. Oferecer assistência médica, odontológica e ambulatorial à população carente, através do Sistema Único de Saúde;

X. Austeridade na gestão dos recursos públicos;

XI. Garantir a preservação do meio ambiente;

XII. Garantir a segurança do patrimônio público e promover a melhoria da segurança da população;

XIII. Incentivar e apoiar ao turismo.

Art. 3º A Câmara Municipal deverá enviar sua proposta Orçamentária ao Executivo até 30 (trinta) dias antes do prazo de encaminhamento do projeto de lei orçamentária ao Legislativo.

Parágrafo único. O Poder Executivo colocará à disposição da Câmara



Municipal até 60 (sessenta) dias antes do prazo de encaminhamento do projeto de lei orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2027, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo.

Art. 4º O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas nesta lei, ao artigo 165, §§ 5º, 6º; 7º e 8º, da Constituição Federal, à Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, assim como à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e, obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas para cada fonte de recursos, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo, e seus Fundos.

§ 1º A lei orçamentária anual compreenderá:

- I – o orçamento fiscal;
- II – o orçamento da seguridade social.

§ 2º Na execução do orçamento deverá ser indicado na receita e na despesa o código de aplicação, que se caracteriza como detalhamento da fonte de recursos.

§ 3º Na execução do orçamento deverá ser indicada em cada rubrica da receita e em cada dotação da despesa a fonte de recursos, bem como o código de aplicação, que se caracteriza como detalhamento da fonte de recursos.

Art. 5º É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 6º A proposta orçamentária para o ano 2027, conterá as metas e prioridades estabelecidas nos anexos que integra esta lei e ainda as seguintes disposições:

- I – as unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o ano em curso, consideradas as suplementações, ressalvados os casos de aumento ou diminuição dos serviços a serem prestados;
- II – na estimativa da receita considerar-se-á a tendência do presente exercício e o incremento da arrecadação decorrente das modificações na legislação tributária;
- III – as receitas e despesas serão orçadas segundo, observando a tendência de inflação projetada no PPA;
- IV – as despesas serão fixadas no mínimo por elementos, de conformidade com as definições da Portaria STN nº 163/2001 e, o artigo 15 da Lei nº 4.320/1964;
- V – somente poderão ser incluídos novos projetos, quando devidamente atendidos aqueles em andamento, bem como após contemplar as despesas de conservação do patrimônio público;
- VI – não poderá prever como receitas de operações de crédito montante que seja superior ao das despesas de capital, excluídas as por antecipação da receita orçamentária;
- VII – os recursos legalmente vinculados à finalidade específica deverão ser utilizados exclusivamente para o atendimento do objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Parágrafo único. Os projetos a serem incluídos na lei orçamentária anual poderão conter previsão de execução por etapas, devidamente definidas nos respectivos cronogramas físico-financeiros.

Art. 7º Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no “caput” do artigo 9º, e no inciso II, do § 1º, do artigo 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º Excluem do “caput” deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município e as despesas destinadas ao pagamento de serviços da dívida, bem como buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

- I – Alimentação escolar;
- II – Atenção à Saúde da população;
- III – Pessoal e encargos sociais;

IV – Com a preservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45, da lei Complementar nº 101/2000;

V – Sentenças Judiciais;

VI – Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

VII – Transferências de convênios.

§ 2º Na hipótese de ocorrência do disposto no “caput” deste artigo, o Poder Executivo comunicará o Poder Legislativo o correspondente montante que caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, acompanhado da devida memória de cálculo e da justificação do ato.

§ 3º O Poder Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do “caput” deste artigo, caberá ao respectivo órgão na limitação de empenho e movimentação financeira.

Art. 8º Até trinta dias após a publicação do orçamento, o Poder Executivo, através da Secretaria da Diretoria de Finanças, editará portaria estabelecendo a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 1º As receitas e despesas, conforme as respectivas previsões serão programadas em metas de arrecadação e de desembolso mensais.

§ 2º A programação financeira e o cronograma de desembolso de que tratam este artigo poderão ser revistos no decorrer do exercício financeiro a que se referirem, conforme os resultados apurados em função de sua execução.

Art. 9º Os atos relativos à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, que importem em renúncia de receita, deverão obedecer às disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 10. O Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei visando revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de carreira e salários, incluindo:

- I – a concessão, absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;
- II – a criação, aumento e a extinção de cargos ou empregos públicos, bem como a criação e alteração de estrutura de carreira;
- III – o provimento de cargos ou empregos e contratações de emergências estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente.

§ 1º As alterações previstas neste artigo somente ocorrerão se houver dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrente, e estiverem atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º Fica o executivo ainda autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, desde que sem aumento de despesa, e com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público municipal.

Art. 11 O total da despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo no mês, somada com os onze meses imediatamente anteriores, apuradas ao final de cada quadrimestre, não poderá exceder o percentual de 60% apurado sobre a receita corrente líquida do exercício.

§ 1º O limite de que trata este artigo está assim dividido:

- I – 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;
- II – 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo não serão computadas as despesas:

- I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II – relativas a incentivos à demissão voluntária;
 III – decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior a que trata o “caput” deste artigo;

§ 3º O Executivo adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas de pessoal, caso estas ultrapassem os limites estabelecidos na L.C.101/00:

- I – redução de vantagens concedidas a servidores;
- II – redução ou eliminação das despesas com horas-extras;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargos ou empregos em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 12 No exercício de realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 97% (noventa e sete por cento) dos limites referidos nos incisos I e II do parágrafo primeiro do artigo anterior desta lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, devidamente comprovada.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviços extraordinários, no âmbito do Poder Executivo nas condições estabelecidas no “caput” deste artigo, é de exclusiva competência do Senhor Prefeito Municipal.

Art. 13. Para efeito de registros contábeis, as despesas com terceirização de mão-de-obra a ser contabilizada como “Outras despesas com pessoal”, de que trata o § 1º, do artigo 18, da lei Complementar 101/2000, referem-se à contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com as atividades ou funções previstas no Plano de Cargos ou Empregos dos Servidores Públicos Municipais, ou ainda, atividades inerentes à Administração Pública Municipal, desde que, caracterizem a substituição de servidores públicos e, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

§ 1º Ficará descaracterizada a substituição de servidores quando a contratação dos serviços envolver, também, o fornecimento de materiais ou a utilização de equipamentos próprios do contratado e de terceiros.

§ 2º Quando a contratação dos serviços guardar a característica descrita no parágrafo anterior, a despesa deverá ser classificada em outros elementos de despesas, que não o “34 – outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização”.

Art. 14 O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à Unidade Orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Art. 15. Para efeito de exclusão das normas aplicáveis à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que acarretem aumento da despesa considera-se despesa irrelevante, aquela cujo montante não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II, do artigo 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

Art. 16. O Poder Executivo poderá submeter ao Legislativo, projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

- I – revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções, inclusive com relação à progressividade do IPTU, e/ou instituir taxas e contribuições criadas por legislação federal;
- II – revogações das isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça fiscal;
- III – revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do Município;

IV – atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;

V – aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos;

VI – incentivo ao pagamento dos tributos em atraso, com renúncia de multas e/ou juros de mora.

Art. 17. A lei orçamentária anual deverá conter reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 18. O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal a:

- I – realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
- II – realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
- III – abrir créditos adicionais suplementares até limite da inflação apurado no exercício, do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:
 - a) o excesso ou o provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
 - b) o superávit financeiro do exercício anterior;
 - c) o superávit orçamentário.
 - d) a reserva de contingência, após esgotados os recursos previstos nas alíneas “a” e “b” deste inciso;
 - e) a anulação parcial de dotações, desde que seu objetivo tenha sido cumprido e dentro da mesma categoria de programação em nível de elemento da despesa.
 - f) os recursos em decorrência de veto da Câmara.

Parágrafo único. Fica o Executivo autorizado a remanejar despesas correntes e de capital, caso haja necessidade no decorrer do exercício, de acordo com artigo 167, VI, da Constituição Federal.

Art. 19. Fica ainda o Executivo autorizado a desdobrar, por decreto, as dotações do orçamento de 2027, em quantas fontes de recursos forem necessárias, bem como reintegrá-las quando necessário, de acordo com a necessidade de cada departamento.

Parágrafo único. O intercâmbio dos desdobramentos e as reintegrações de fontes de recursos, por se tratarem de movimentação dentro da mesma categoria econômica, funcional programática, programa de governo, projeto e ou atividade, excluem-se do conceito de suplementação, conforme dispõe o inciso VI, do art. 167 da Constituição Federal e, portanto, não são considerados no percentual de autorização constante do inciso III, do artigo 15 desta Lei.

Art. 20. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária de 2027 com dotações vinculadas às fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros extraordinários, só serão executados e utilizados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

Art. 21. O excesso, ou o provável excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964, será apurado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida no parágrafo único do artigo 8º, e no inciso I, do artigo 50 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 22. Os repasses mensais de recursos ao Poder Legislativo serão estabelecidos de forma a garantir o perfeito equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, obedecendo-se às disposições contidas na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000.

Art. 23. A concessão de subvenções sociais e auxílios a instituições sem fins lucrativos, que prestem serviços nas áreas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal, serão calculados com base em unidade de serviços prestados ou postos à

disposição dos interessados, obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos estatutários de sua criação, e deverão prestar contas até 31 de janeiro do ano subsequente, na forma estabelecida pelo Executivo.

Art. 24. O custeio, pelo Poder Executivo Municipal, de despesas de competência dos Estados, do Distrito Federal e da União, somente poderá ser realizado:

- I – caso se refiram a ações de competência comum dos referidos entes da Federação, previstas no art. 23 da Constituição Federal;
- II – se houver expressa autorização em lei específica, detalhando o seu objeto;
- III – sejam objeto de celebração de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congêneres;
- IV – se houver previsão na lei orçamentária.

Art. 25. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 26. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único. A inclusão de novos projetos no orçamento somente será possível se estiver previsto no PPA, e após adequadamente atendidos os em andamento, observados o disposto no “caput” deste artigo.

Art. 27. Caso o projeto de lei orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, conforme determina o disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a sua programação poderá ser executada na proporção de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, por mês.

Art. 28. Na execução do orçamento, deverá obrigatoriamente ser utilizado na classificação da receita e da despesa o código de aplicação, devendo ainda classificar as despesas até o nível de sub-elemento, sendo optativo o desdobramento do sub-elemento.

Art. 29. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com os Governos Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 30. Regulamento das Emendas Impositivas, estão amparados na Resolução nº 002/2025 de 15 de setembro de 2025.

Art. 31. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e dê-se ciência aos interessados.

Prefeitura Municipal da Estância Climática de Caconde, em 29 de junho de 2026.

José Afonso de Paiva – Prefeito Municipal.

LEI Nº 3053 DE 29/06/2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Especial no valor de R\$581.500,00 do orçamento municipal e dá outras providências.

José Afonso de Paiva, Prefeito da Estância Climática de Caconde, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito Especial, até o limite de R\$ 581.500,00 (quinhentos e oitenta e um mil e quinhentos reais), a saber:

Ficha	Categoria Econômica		Proj/Ativ	Setor	Suplementar
	4.4.90.52.00	Equip.Mat Permanente	1701	02.11.01 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	581.500,00
Fonte	02.801.0050 EMENDA 2025 013 75362 AQUIS MAQUINA CAMINHÃO PIPA				581.500,00

Art. 2º Para cobrir as despesas advindas com o artigo anterior indicam-se como recursos artigo 43 § 1º da Lei 4320/64 inciso III:

III – Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, autorizados em Lei no valor de R\$ 581.500,00

Ficha	Categoria Econômica		Proj/Ativ	Setor	Anular
456	4.4.90.52.00	Equip.Mat Permanente	1016	02.11.01 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	581.500,00
Fonte	02.100.0036 Convênio				581.500,00

Art. 3º Fica autorizado o Executivo a ajustar os anexos constantes nas Leis do Plano Plurianual (PPA) nº 3022/2025 de 18/12/2025, LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 3002 de 04/07/2025 e da LOA Lei Orçamentária Anual nº 3023 de 18/12/2025.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e dê-se ciência aos interessados.

Prefeitura da Estância Climática de Caconde, em 29 de junho de 2026.

José Afonso de Paiva – Prefeito Municipal.

LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0088/2026 de 26/06/2026 - CONTRATANTE: PREFEITURA DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE CACONDE, CNPJ/MF nº. 45.767.829/0001-52. CONTRATADA: COMERCIAL JOÃO AFONSO LTDA; CNPJ/MF: 53.437.315/0001-67; OBJETO: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DESTINADAS AO ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL ACOMPANHADAS PELA DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável. Valor total de R\$ 84.692,16 (oitenta e quatro mil e seiscentos e noventa e dois reais e dezesseis centavos).

José Afonso de Paiva – Prefeito Municipal.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Despachos Da Vigilância Sanitária de Caconde

De 01/06/2026 a 25/06/2026

Deferimento de Renovação de Licença Sanitária em 01/06/2026 – Razão Social: F&Z. LTDA ME – C.N.P.J.: 00.144.703/0001-93– Endereço: Rua WASHINGTON LUIZ, 311 – Município: Caconde SP – Protocolo: 111/2026.

Deferimento de Renovação de Licença Sanitária em 01/06/2026 – Razão Social: L.A.S – C.N.P.J.: 67.293.860/0001-31 – Endereço: Rua DR HAROLDO NOGUEIRA TORTORELI, 39 – Município: Caconde SP – Protocolo: 113/2026.

Deferimento de Renovação de Licença Sanitária em 01/06/2026 – Razão Social: L.A.P. – C.N.P.J.: 08.054.787/0001-86 – Endereço: SITIO SAO JOAO DE CIMA - ALOJAMENTO A – Município: Caconde SP – Protocolo: 114/2026

Deferimento de Renovação de Licença Sanitária em 01/06/2026 – Razão Social: L.A.P. – C.N.P.J.: 08.054.787/0001-86 – Endereço: SITIO

SAO JOAO DE CIMA - ALOJAMENTO B – Município: Caconde SP – Protocolo: 115/2026

Deferimento de Renovação de Licença Sanitária em 01/06/2026 – Razão Social: D.E.R. – C.N.P.J.: 18.010.270/0001-49 – Endereço: SITIO NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO – ALOJAMENTO A – Município: Caconde SP – Protocolo: 116/2026.

Deferimento de Renovação de Licença Sanitária em 01/06/2026 – Razão Social: M.R.A.ME – C.N.P.J.: 03.394.488/0001-77 – Endereço: RUA 13 DE MAIO, 98 – Município: Caconde SP – Protocolo: 117/2026.

Deferimento de Licença sanitária inicial em 01/06/2026 – Razão Social: S.C.B.C.E. LTDA – C.N.P.J.: 46.285.259/0001-27 – Endereço: SITIO MORADA DO SOL – Município: Caconde SP – Protocolo: 119/2026.

Deferimento de Renovação de Licença Sanitária em 09/06/2026 – Razão Social: D.R.J. – C.N.P.J.: 45.323.006/0001-38 – Endereço: PRAÇA DOUTOR RANIERI MAZZILLI, 105 A – Município: Caconde SP – Protocolo: 120/2026.

AUTO DE INFRAÇÃO: em 15/06/2026 – Razão Social: S.M.L.S. – C.N.P.J.: 06.999.352/0001-89 – Endereço: RUA ALBERT EINSTEIN, 18A – Município: Caconde SP – AIF: 006/2026.

Auto de Imposição de Penalidade: em 15/06/2026 – Razão Social: S.M.L.S. – C.N.P.J.: 06.999.352/0001-89 – Endereço: RUA ALBERT EINSTEIN, 18A – Município: Caconde SP – AIP: 006/2026.

AUTO DE INFRAÇÃO: em 15/06/2026 – Razão Social: M.G.A.A. – C.N.P.J.: 08.991.196/0001-35 – Endereço: RUA EXPEDICIONARIOS, 98A – Município: Caconde SP – AIF: 007/2026.

Auto de Imposição de Penalidade: em 15/06/2026 – Razão Social: M.G.A.A. – C.N.P.J.: 08.991.196/0001-35 – Endereço: RUA EXPEDICIONARIOS, 98A – Município: Caconde SP – AIP: 007/2026.

AUTO DE INFRAÇÃO: em 16/06/2026 – Razão Social: J.O.S.P. – C.N.P.J.: 40.332.763/0001-54 – Endereço: RUA TAPAJOS, 29 – Município: Caconde SP – AIF: 008/2026.

Auto de Imposição de Penalidade: em 16/06/2026 – Razão Social: J.O.S.P. – C.N.P.J.: 40.332.763/0001-54 – Endereço: RUA TAPAJOS, 29 – Município: Caconde SP – AIP: 008/2026.

AUTO DE INFRAÇÃO: em 16/06/2026 – Razão Social: R.S.R. – C.N.P.J.: 57.782.995/0001-07 – Endereço: RUA RUI BARBOSA, 518 – Município: Caconde SP – AIF: 009/2026.

Auto de Imposição de Penalidade: em 16/06/2026 – Razão Social: R.S.R. – C.N.P.J.: 57.782.995/0001-07 – Endereço: RUA RUI BARBOSA, 518 – Município: Caconde SP – AIP: 009/2026.

AUTO DE INFRAÇÃO: em 16/06/2026 – Razão Social: R.M.A.C.ME – C.N.P.J.: 04.082.925/0001-80 – Endereço: RUA RUI JACINTO MORI, 15 – Município: Caconde SP – AIF: 010/2026.

Auto de Imposição de Penalidade: em 16/06/2026 – Razão Social: R.S.R. – C.N.P.J.: 57.782.995/0001-07 – Endereço: RUA JACINTO MORI, 15 – Município: Caconde SP – AIP: 010/2026.

AUTO DE INFRAÇÃO: em 16/06/2026 – Razão Social: C.H.C. – C.N.P.J.: 96.466.800/0001-71 – Endereço: RUA ÁGUA BRANCA, 222 – Município: Caconde SP – AIF: 011/2026.

Auto de Imposição de Penalidade: em 16/06/2026 – Razão Social: C.H.C. – C.N.P.J.: 96.466.800/0001-71 – Endereço: RUA ÁGUA BRANCA, 222 – Município: Caconde SP – AIP: 011/2026.

AUTO DE INFRAÇÃO: em 16/06/2026 – Razão Social: R.G.P. – C.N.P.J.: 58.836.889/0001-21 – Endereço: RUA DONA MARIANA, 49 – Município: Caconde SP – AIF: 012/2026.

Auto de Imposição de Penalidade: em 16/06/2026 – Razão Social: R.G.P. – C.N.P.J.: 58.836.889/0001-21 – Endereço: RUA DONA MARIANA, 49 – Município: Caconde SP – AIP: 012/2026.

AUTO DE INFRAÇÃO: em 18/06/2026 – Razão Social: A.A.F.C.ME – C.N.P.J.: 02.499.897/0001-75 – Endereço: RUA TAPAJOS, 196 – Município: Caconde SP – AIF: 013/2026.

Auto de Imposição de Penalidade: em 18/06/2026 – Razão Social: A.A.F.C.ME – C.N.P.J.: 02.499.897/0001-75 – Endereço: RUA TAPAJOS, 196 – Município: Caconde SP – AIP: 013/2026.

AUTO DE INFRAÇÃO: em 19/06/2026 – Razão Social: A.P. LTDA – C.N.P.J.: 09.472.261/0001-89 – Endereço: PRAÇA SANTO ANTONIO, 15A – Município: Caconde SP – AIF: 014/2026.

Auto de Imposição de Penalidade: em 19/06/2026 – Razão Social: A.P. LTDA – C.N.P.J.: 09.472.261/0001-89 – Endereço: PRAÇA SANTO ANTONIO, 15A – Município: Caconde SP – AIP: 014/2026.

AUTO DE INFRAÇÃO: em 19/06/2026 – Razão Social: P.M.E.C.C. – C.N.P.J.: 45.767.829/0001-52 – Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 236 – Município: Caconde SP – AIF: 015/2026.

Auto de Imposição de Penalidade: em 19/06/2026 – Razão Social: P.M.E.C.C. – C.N.P.J.: 45.767.829/0001-52 – Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 236 – Município: Caconde SP – AIP: 015/2026.

AUTO DE INFRAÇÃO: em 19/06/2026 – Razão Social: J.D.P.C.ME – C.N.P.J.: 72.745.359/0001-07 – Endereço: RUA LUIZ DE SOUZA FREIRE, 67 – Município: Caconde SP – AIF: 016/2026.

Auto de Imposição de Penalidade: em 19/06/2026 – Razão Social: J.D.P.C.ME – C.N.P.J.: 72.745.359/0001-07 – Endereço: RUA LUIZ DE SOUZA FREIRE, 67 – Município: Caconde SP – AIP: 016/2026.

AUTO DE INFRAÇÃO: em 19/06/2026 – Razão Social: L.A.S. – C.N.P.J.: 67.293.860/0001-12 – Endereço: RUA TAPIRATIBA, 119 – Município: Caconde SP – AIF: 017/2026.

Auto de Imposição de Penalidade: em 19/06/2026 – Razão Social: L.A.S. – C.N.P.J.: 67.293.860/0001-12 – Endereço: RUA TAPIRATIBA, 119 – Município: Caconde SP – AIP: 017/2026.

AUTO DE INFRAÇÃO: em 19/06/2026 – Razão Social: R.W.A. – C.N.P.J.: 09.304.555/0001-00 – Endereço: RUA 24 DE DEZEMBRO, 141 – Município: Caconde SP – AIF: 018/2026.

Auto de Imposição de Penalidade: em 19/06/2026 – Razão Social: R.W.A. – C.N.P.J.: 09.304.555/0001-00 – Endereço: RUA 24 DE DEZEMBRO, 141 – Município: Caconde SP – AIP: 018/2026.

AUTO DE INFRAÇÃO: em 19/06/2026 – Razão Social: L.A.S. – C.N.P.J.: 67.293.860/0001-31 – Endereço: RUA DR. HAROLDO NOGUEIRA TORTORELI, 39 – Município: Caconde SP – AIF: 019/2026.

Auto de Imposição de Penalidade: em 19/06/2026 – Razão Social: L.A.S. – C.N.P.J.: 67.293.860/0001-31 – Endereço: RUA DR. HAROLDO NOGUEIRA TORTORELI, 39 – Município: Caconde SP – AIP: 019/2026.